

BRASILPREV

Demonstrações
Financeiras
2017

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, a Administração da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria.

Cenário Econômico e o Mercado de Previdência

Em 2017, a economia global manteve o ritmo de recuperação gradual da atividade econômica, com controle das taxas de inflação e geração de vagas de empregos. Esta melhoria resultou em mudanças de política monetária por todas as economias.

Os primeiros passos do processo de redução de liquidez mundial foram: a) início da redução do balanço de pagamentos nos Estados Unidos, via venda de títulos e aumento total da taxa básica de juros em 0,75 pontos percentuais ao longo de todo o período (entre 1,25% a.a. a 1,5% a.a.); b) redução das compras de títulos na Zona do Euro; c) elevação de juros no Reino Unido em 0,25 pontos percentuais para 0,5%.

Destaca-se que a atividade econômica americana manteve sua trajetória de recuperação ao longo de 2017, com a economia operando próxima ao pleno emprego e a inflação sob controle, o que permitiu a valorização do dólar (quando comparado a uma cesta de moedas).

No cenário doméstico, o gradual ritmo de recuperação da atividade, a safra agrícola recorde e a grande ociosidade da capacidade produtiva acumulada nos últimos anos, possibilitou que os indicadores de inflação registrassem comportamento benigno no ano, dissipando toda pressão inflacionária passada e encerrando o período abaixo do piso de 3,0%, ante alta de 5,97% em 2016. Assim, o banco central brasileiro pôde dar continuidade ao processo de flexibilização de juros iniciado em 2016 e promover ao longo do ano uma redução de 675 pontos percentuais nos juros, fixando a taxa Selic em 7% a.a., a taxa mais baixa desde o início da série histórica.

Destaca-se que, no que diz respeito à atividade, o crescimento do país, mensurado pelo Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre de 2017, registrou expansão de 1,4% em relação ao terceiro trimestre de 2016 com evolução positiva do setor industrial, de comércio e serviços, e consumo das famílias. No caso dos investimentos, a recuperação permaneceu limitada.

De acordo com os dados do relatório da Fenaprevi de dezembro de 2017, a evolução do mercado de previdência aberta em arrecadação total foi de 3% ante ao mesmo período de 2016 (R\$ 117,7 bilhões), totalizando R\$ 120,9 bilhões. Este desempenho foi alcançado pelo produto de Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), no qual a arrecadação atingiu o volume de R\$ 106,6 bilhões, crescimento de 2% comparado ao exercício passado (R\$ 104,9 bilhões). Em paralelo, o produto Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) arrecadou R\$ 10,1 bilhões, crescimento de 14% comparado ao exercício passado (R\$ 8,9 bilhões).

Em dezembro de 2017, as reservas da indústria nos produtos de PGBL e VGBL totalizaram R\$ 765,6 bilhões, evolução de 17% ante ao mesmo período de 2016. Em reservas totais, incluindo o produto Tradicional, o resultado atingiu R\$ 808,6 bilhões, registrando um incremento de 16% comparado a 2016.

A Brasilprev

Com 24 anos de existência e sede em São Paulo, a Brasilprev Seguros e Previdência S.A., companhia líder e especialista no setor de previdência privada, tem como missão proporcionar soluções de segurança financeira e serviços de alta qualidade para viabilizar projetos de vida. A empresa conta com a capilaridade da rede de agências do Banco do Brasil para comercializar os seus produtos em todo território nacional. A Brasilprev tem como acionistas o BB Seguros Participações S.A., subsidiária integral da BB Seguridade Participações S.A. que é braço de seguros, capitalização e previdência privada do Banco do Brasil, e a PFG do Brasil Ltda., que compõe a Principal, uma das principais instituições financeiras dos Estados Unidos.

Líder em ativos sob gestão, a empresa oferece planos de previdência privada para pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Atualmente a companhia atende mais de 1,98 milhão de clientes, onde 13% fazem parte da carteira de planos empresariais e 87% de planos individuais, destes 30% pertencem ao segmento de crianças e adolescentes.

E, para a manutenção da alta participação no mercado, tem realizado a execução de suas estratégias com foco no protagonismo do mercado e na evolução do setor, colocando o cliente como centro das decisões, utilizando a inovação para melhorar a sua experiência e maximizar sua eficiência nos processos operacionais.

Além disso, a companhia é signatária de acordos voluntários com foco em investimentos responsáveis, o que reforça o seu comprometimento em ampliar seu olhar para os impactos no meio ambiente, no desenvolvimento social e na governança (ASG) nos investimentos que realiza. Dentre eles estão os Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês) e a Declaração sobre Títulos Verdes.

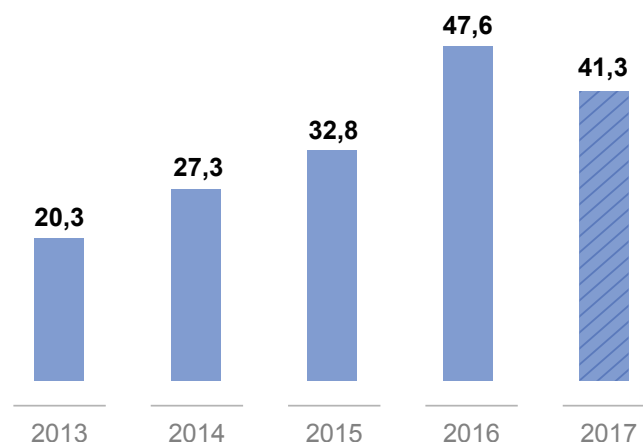
Abaixo alguns indicadores que comprovam o bom desempenho da Brasilprev no período acumulado até dezembro de 2017, em comparação ao mesmo período de 2016:

- As receitas dos planos de previdência atingiram a marca de R\$ 41,3 bilhões, representando queda de 13,3% frente a 2016. No entanto, a empresa se manteve no primeiro lugar entre as seguradoras no *ranking* de arrecadação total.

A carteira total de investimentos apresentou crescimento anual de 18,7%, totalizando R\$ 236,4 bilhões.

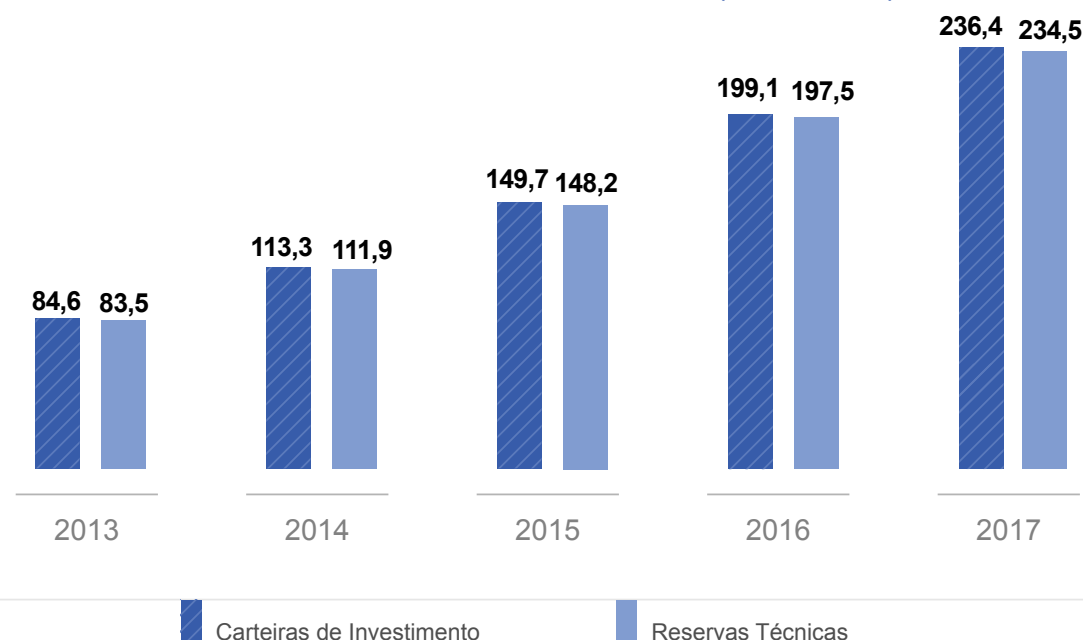
Em relação ao disposto na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, a Brasilprev declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”.

Receitas Previdenciárias (R\$ bilhões)



- O saldo das reservas técnicas total evoluiu 18,7% em relação ao mesmo período de 2016, totalizando R\$ 234,5 bilhões. Quando se comparam os saldos das reservas técnicas com a carteira de investimentos, a disponibilidade da empresa supera em R\$ 1,9 bilhão a necessidade de recursos para a cobertura dos eventos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio contratados.

Carteira de Investimento e Reservas Técnicas (R\$ bilhões)



O resultado ajustado acumulado até dezembro de 2017 antes dos impostos e participações foi de R\$ 1.920,1 milhões, um crescimento de 12% em relação ao resultado ajustado antes dos impostos e participações do mesmo período de 2016.

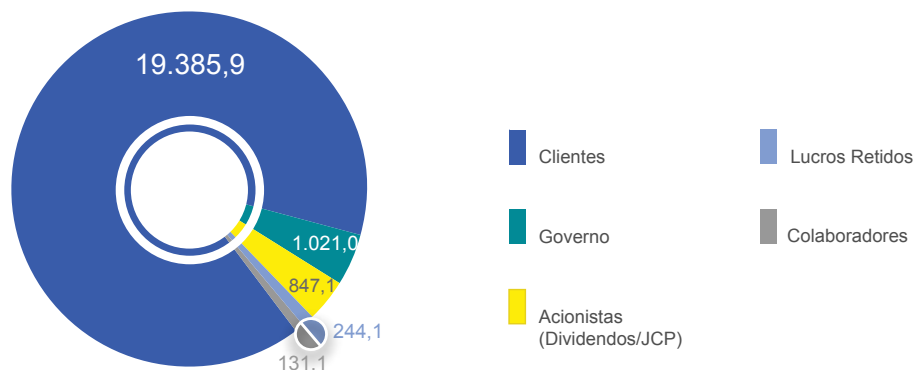
O lucro líquido ajustado acumulado até dezembro de 2017 atingiu R\$ 1.091,2 milhão, uma evolução de 8% em relação ao lu-

cro líquido ajustado apresentado no mesmo período de 2016, que foi de R\$ 1.009,0 milhão.

As políticas de reinvestimento dos lucros e de distribuição de dividendos estão definidas no estatuto da companhia e são deliberadas em Assembleia Geral. É distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício.

A gestão dos negócios da Brasilprev, obtidos até dezembro de 2017, proporcionou a seguinte distribuição de resultados:

Distribuição de Resultados (R\$ milhões)



Prêmios e reconhecimentos

Dentre os principais prêmios e reconhecimentos da Brasilprev no período, estão:

- A Brasilprev, pelo quinto ano, foi eleita pelos colaboradores como uma das melhores empresas para trabalhar. A informação foi publicada na revista *Você S/A*, edição especial “As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar” do Grupo Abril.
- A companhia também foi reconhecida no prêmio Best Innovator 2017 como uma das 20 empresas mais inovadoras do país. A iniciativa é realizada pela A.T. Kearney, em parceria com a Escola de Engenharia de Produção da USP e a Superbid. A publicação é a mais antiga e consolidada do mercado voltada à inovação, e é amplamente consagrada entre as empresas.
- Pesquisa conduzida pelo jornal Valor Econômico e pelo Centro de Estudos em Finanças da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (CEF-GV – EAESP/FGV-SP) elegeu a Brasilprev em 1º lugar entre as mega seguradoras da edição 2017 do Guia de Previdência Valor/FGV.
- A Brasilprev foi reconhecida no Prêmio Ouvidorias Brasil 2017. A iniciativa é organizada pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente (ABRAREC) em parceria com a revista Consumidor Moderno.
- O jornal O Estado de São Paulo listou a Brasilprev como primeira colocada no segmento de Seguradoras no *ranking* “Empresas Mais”. A iniciativa analisou os dados apresentados nas demonstrações financeiras publicadas pelas empresas.
- A publicação *Ranking* de Grupos Aseguradores de América Latina em 2016 (divulgado em 2017), realizado pela Fundação Mapfre sobre o setor de seguros da América Latina, destacou

a Brasilprev como primeira colocada nas listas Mercado Total e Mercado Vida. A análise contempla critérios como desempenho e concentração de mercado.

- A Brasilprev foi listada como a sétima empresa mais inovadora do segmento de Seguros e Planos de Saúde no II Anuário Inovação Brasil, realizado pelo Valor Econômico em parceria com a consultoria Strategy&.
- A companhia foi vencedora na categoria “Destaque do Mercado em Previdência Privada” – Troféu “Empreendedor Brasil” na 14ª edição do Prêmio Segurador Brasil. A premiação, promovida pela Editora Brasil Notícias, reúne as principais lideranças e empresas dos setores de Seguros, Previdência, Capitalização e Saúde para reconhecer os melhores desempenhos do mercado segurador.
- Por fim, foi reconhecida como a marca mais lembrada e preferida do segmento de Previdência Privada pela pesquisa Marcas de Quem Mais Decide de 2017. O prêmio classifica as marcas mais lembradas do Rio Grande do Sul. A pesquisa, realizada pelo Jornal do Comércio e pela Qualidata, leva em consideração a opinião de executivos em cargos de direção, proprietários de empresas e profissionais liberais do estado.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pelo apoio e confiança que depositam em nossa administração, aos fornecedores pelo suporte fundamental que nos provêm, à rede do Banco do Brasil pela dedicação na distribuição de nossos produtos, à Principal pelo constante apoio técnico, experiência e visão global dos negócios, e aos nossos colaboradores pelo indispensável comprometimento e empenho na conquista de resultados cada vez melhores.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2018.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.**Balanços patrimoniais****31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)**

	31.12.2017	31.12.2016
Ativo		
Circulante	226.550.182	189.758.554
Disponível (nota 3b)	11	12
Caixa e bancos	11	12
Aplicações (nota 5)	225.919.563	189.218.622
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.609	1.506
Prêmios a receber	1.609	1.506
Créditos das operações com previdência complementar	314	136
Créditos de resseguros	314	136
Títulos e créditos a receber	48.146	24.518
Títulos e créditos a receber	41.250	21.154
Créditos tributários e previdenciários (nota 17)	4.523	1.432
Outros créditos	2.373	1.932
Despesas antecipadas	8.383	1.265
Custos de aquisição diferidos (nota 14)	572.156	512.495
Seguros	549.766	489.254
Previdência	22.390	23.241
Ativo não circulante	12.151.937	11.440.321
Realizável a longo prazo	11.925.376	11.228.129
Aplicações (nota 5)	10.457.462	9.928.472
Títulos e créditos a receber	717.659	546.034
Créditos tributários e previdenciários (nota 17)	23.907	27.565
Depósitos judiciais e fiscais (nota 15)	693.752	518.469
Custos de aquisição diferidos (nota 14)	750.255	753.623
Seguros	724.541	724.806
Previdência	25.714	28.817
Investimentos	75	-
Outros Investimentos	75	-
Imobilizado (nota 7)	32.550	24.843
Bens móveis	13.126	11.000
Outras imobilizações	19.424	13.843
Intangível (nota 8)	193.936	187.349
Outros intangíveis	193.936	187.349
Total ativo	238.702.119	201.198.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.**Balanços patrimoniais****31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)**

	31.12.2017	31.12.2016
Passivo		
Circulante	30.329.876	27.682.731
Contas a pagar	611.125	545.144
Obrigações a pagar	43.442	44.281
Impostos e encargos sociais a recolher (nota 9)	134.788	137.956
Encargos trabalhistas	11.036	10.205
Impostos e contribuições (nota 10)	421.859	352.702
Débitos de operações com seguros e resseguros	8.352	13.785
Corretores de seguros e resseguros	8.352	13.785
Débitos de operações com previdência complementar	3.562	3.203
Débitos de resseguros	819	715
Outros débitos operacionais	2.743	2.488
Depósitos de terceiros (nota 11)	35.409	44.678
Provisões técnicas – seguros (nota 14)	24.449.371	21.814.915
Vida com cobertura por sobrevivência	24.449.371	21.814.915
Provisões técnicas – previdência complementar (nota 14)	5.222.057	5.261.006
Planos não bloqueados	5.222.057	5.261.006
Passivo não circulante	205.708.782	171.115.920
Provisões técnicas – seguros (nota 14)	166.747.212	135.455.160
Vida com cobertura por sobrevivência	166.747.212	135.455.160
Provisões técnicas – previdência complementar (nota 14)	38.101.284	35.002.477
Planos não bloqueados	38.101.284	35.002.477
Outros débitos (nota 15)	860.286	658.283
Provisões judiciais	860.286	658.283
Patrimônio líquido (nota 12)	2.663.461	2.400.224
Capital social	1.193.540	1.193.540
Reservas de lucros	1.469.098	1.207.128
Ajustes de avaliação patrimonial	823	(444)
Total passivo e patrimônio líquido	238.702.119	201.198.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.**Demonstrações do resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	31.12.2017	31.12.2016
Rendas de contribuições e prêmios	41.070.479	47.422.678
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder	(40.849.643)	(47.216.260)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	220.836	206.418
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas	2.382.458	1.957.380
(-) Variação de outras provisões técnicas	(21.395)	(54.600)
(-) Benefícios retidos	(76.376)	(80.287)
(-) Custos de aquisição (nota 16a)	(599.547)	(467.471)
(+) Outras receitas e despesas operacionais (nota 16b)	(15.486)	(16.942)
(+) Contribuições para cobertura de riscos	197.327	198.270
(+/-) Variação das provisões técnicas de prêmios	866	2.478
(=) Prêmios ganhos	198.193	200.748
(-) Sinistros ocorridos	(12.577)	(13.349)
(-) Custos de aquisição (nota 16a)	-	(1)
(-) Outras receitas e despesas operacionais (nota 16b)	(15.058)	(16.882)
(-) Despesas administrativas (nota 16c)	(403.875)	(353.183)
(-) Despesas com tributos (nota 16d)	(186.965)	(159.894)
(+) Resultado financeiro (nota 16e)	452.538	508.568
(=) Resultado operacional	1.922.746	1.710.505
(+) Ganhos e perdas com ativos não correntes	(2.646)	(709)
(=) Resultado antes dos impostos e participações	1.920.100	1.709.796
(-) Imposto de renda (nota 17)	(442.196)	(374.961)
(-) Contribuição social (nota 17)	(370.893)	(313.351)
(-) Participações sobre o resultado	(15.853)	(12.441)
(=) Lucro líquido do exercício	1.091.158	1.009.043
Quantidade de ações	2.290.080	2.290.080
Lucro líquido por ação – R\$	476,47	440,62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.**Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)**

	31.12.2017	31.12.2016
Lucro líquido do exercício	1.091.158	1.009.043
Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	2.114	1.877
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(847)	(751)
Resultado abrangente	1.267	1.126
Resultado abrangente total	<u>1.092.425</u>	<u>1.010.169</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)**

	Capital Social	Aumento de capital em Aprovação	Reserva de lucros		Ajuste de títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	943.417	-	178.364	1.303.027	(1.570)	-	2.423.238
Aumento de capital em aprovação – AGO/E de 24/02/2016	-	250.123	-	(250.123)	-	-	-
Aumento de capital aprovado pela SUSEP através da Portaria SUSEP/Nº 19 de 06/07/2016	250.123	(250.123)	-	-	-	-	-
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	1.126	-	1.126
Dividendos pagos – AGO/E de 24/02/2016, 26/10/2016 e 20/12/2016	-	-	-	(648.816)	-	-	(648.816)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.009.043	1.009.043
Distribuição do lucro líquido							
Reserva legal	-	-	50.452	-	-	(50.452)	-
Reserva estatutária	-	-	-	574.224	-	(574.224)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(230.942)	(230.942)
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	-	(153.425)	(153.425)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.193.540	-	228.816	978.312	(444)	-	2.400.224
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.193.540	-	228.816	978.312	(444)	-	2.400.224
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	1.267	-	1.267
Dividendos pagos – AGO/E de 09/02/2017, 18/04/2017, 19/06/2017, 20/09/2017 e CA de 19/12/2017	-	-	-	(640.864)	-	-	(640.864)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.091.158	1.091.158
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	-	(71.757)	(71.757)
Proposta para distribuição do lucro líquido							
Reserva legal	-	-	9.891	-	-	(9.891)	-
Reserva estatutária	-	-	-	892.943	-	(892.943)	-
Dividendos pagos – AGO/E de 04/08/2017	-	-	-	-	-	(116.567)	(116.567)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.193.540	-	238.707	1.230.391	823	-	2.663.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.091.158	1.009.043
Ajustes para:		
Depreciação	6.385	4.668
Despesas antecipadas	4.188	11.966
Custos de aquisição diferidos	(56.294)	(340.522)
Variação de outras provisões técnicas	(29.113)	14.806
Atualização monetária provisões técnicas	19.403.646	21.131.716
Amortização de ativos intangíveis	29.551	17.232
Ganho ou perda na alienação de imobilizado	2.646	709
Lucro líquido ajustado do exercício	20.452.167	21.849.618
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(37.229.931)	(49.405.209)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(281)	860
Créditos fiscais e previdenciários	567	6.280
Despesas antecipadas	(11.306)	(13.197)
Outros ativos	(20.536)	(2.262)
Depósitos judiciais e fiscais	(175.283)	(68.380)
Fornecedores e outras contas a pagar	(839)	406
Impostos e contribuições	722.353	543.503
Débitos de operações com seguros e resseguros	(5.433)	5.338
Débitos das operações com previdência complementar	359	(140)
Depósitos de terceiros	(9.269)	22.114
Provisões técnicas – Seguros e resseguros	18.315.336	27.931.103
Provisões técnicas – Previdência complementar	(703.503)	209.179
Provisões judiciais	202.003	176.137
Outros passivos	(2.338)	50.832
Tributos diferidos – ajuste valor justo ativos financeiros	1.267	1.126
Caixa consumido pelas operações	(18.916.834)	(20.542.310)
Imposto de renda sobre o lucro pago	(354.698)	(112.764)
Contribuição de renda sobre o lucro pago	(298.498)	(123.997)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	882.137	1.070.547
Atividade de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	792	595
Pagamento pela compra:		
Investimentos	(75)	-
Imobilizado	(16.639)	(14.402)
Intangível	(37.028)	(23.559)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(52.950)	(37.366)
Atividade de financiamento		
Dividendos pagos	(757.431)	(879.758)
Juros sobre capital próprio pagos	(71.757)	(153.425)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(829.188)	(1.033.183)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1)	(2)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	12	14
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	11	12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (doravante denominada por “Brasilprev” ou “Companhia”) é uma empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de benefícios de caráter previdenciário em todo território nacional. A Companhia é uma associação com gestão compartilhada entre o Grupo Banco do Brasil (49,99% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais) e o Principal Financial Group (50,01% das ações ordinárias).

A Companhia, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob nº 27.665.207/0001-31, tem sede na Rua Alexandre Dumas, nº 1.671 – Chácara Santo Antônio – São Paulo, SP – Brasil.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 08 de fevereiro de 2018.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera.

c) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares, exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

d) Circulante e não circulante

Mensalmente a Companhia efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores inscritos no ativo/passivo circulante.

As Provisões Técnicas foram segregadas entre circulante e não circulante de acordo com os critérios indicados na nota 3k.

e) Classificação dos contratos de seguros

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Apuração do resultado

É apurado pelo regime de competência, que no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais são registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independentemente do seu recebimento. A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base nos riscos vigentes.

As rendas com taxa de gestão negociadas com os participantes, são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente entre as partes e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de fechamento do patrimônio líquido dos fundos.

As receitas com taxa de carregamento negociadas com os participantes são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado, obedecendo a data de ingresso ou saída do participante nos planos contratados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

A Brasilprev define como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), considerados no balanço patrimonial na rubrica de “Disponível” e as aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e de vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores.

c) Aplicações

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, determinada no reconhecimento inicial. As categorias são as seguintes:

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

II. Títulos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

De acordo com a regulamentação aplicável, os títulos que compõem as carteiras dos fundos exclusivos são classificados nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “mantidos até o vencimento”, segundo instruções emitidas pelo cotista exclusivo ao Administrador dos fundos.

III. Títulos disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições já citadas. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título. Os ajustes decorrentes de variações do valor justo, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

d) Análise do valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Brasilprev avalia a cada data de publicação do balanço, se os ativos estão deteriorados ou “*impaired*”, tomando por base se o emissor ou devedor possui histórico de perdas e inadimplência, se é provável que a contraparte entre em concordata ou falência, ou não esteja cumprindo com os termos contratuais. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

e) Instrumentos financeiros derivativos – Contratos de futuros

Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVSPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica “Receitas financeiras ou Despesas financeiras”.

f) Custos de aquisição diferidos

São compostos por montantes referentes a comissões e agenciamentos relativos a comercialização de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência. Esses montantes são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio de expectativa de retorno do produto (36 e/ou 48 meses para planos de PGBL/VGBL e 12 meses para os planos tradicionais).

g) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

Depreciação do imobilizado

- Bens móveis, equipamentos de informática e veículos: calculada pelo método linear, com base no custo histórico e depreciado às seguintes taxas anuais: bens móveis – 10% e equipamentos de informática e veículos – 20%.
- Benfeitorias em imóveis de terceiros: calculada pelo método linear, com base no custo histórico e prazo em conformidade com a vigência do contrato de locação do imóvel.

h) Intangível

Licenças de *software* e desenvolvimento de sistemas (projetos) adquiridos, são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e desenvolver projetos, e fazer com que eles estejam prontos para utilização. Esses custos são amortizados pelo método linear, durante o período de cinco anos.

O intangível com vida útil definida é amortizado pelo método linear por 5 anos para montante atribuível à carteira, considerando sua projeção, e de 21 anos para o montante derivado da potencialidade de comercialização de produtos de previdência da Brasilprev na rede de agências do Banco Nossa Caixa. Tais agências já foram incorporadas pelo Banco do Brasil.

O teste de *impairment* é realizado para a data-base de balanço anual com o objetivo de testar o valor total pago frente ao seu valor de recuperação.

i) Passivos circulante e não circulante

Representados por passivos financeiros, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases “*pro-rata die*”) incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

j) Resseguro

A Brasilprev mantém contrato de resseguro com cobertura de catástrofe das carteiras de morte e invalidez com a RGA Global Reinsurance Company e Terra Brasis Resseguros S.A., com 60% e 40% de participação do risco, respectivamente. E o contrato de excedente de responsabilidade das carteiras de morte e invalidez com a Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.. Os percentuais ressegurados em relação ao total das carteiras são, respectivamente, 2,70% e 4,63%. A Munich Re e a Terra Brasis estão classificadas como resseguradora local e a RGA como resseguradora admitida, e apresentam *rating* A+, brA+ e AA-, respectivamente.

k) Provisões técnicas

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais e normas estabelecidas pelo CNSP e SUSEP.

As provisões matemáticas relacionadas a planos de previdência representam o valor das obrigações sob a forma de renda por sobrevivência, renda por invalidez, pensão e pecúlio, determinadas mediante cálculos e premissas atuariais, efetuados de acordo com Notas Técnicas Atuariais e com a Regulamentação Vigente (Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações), nos regimes financeiros de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples, respectivamente. A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foram iniciados e a provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC) refere-se àqueles já em gozo de benefícios.

Particularmente para os planos de previdência e seguros das modalidades PGBL e VGBL, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento e gestão, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos recursos e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados.

Para os planos tradicionais, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante das contribuições aportadas pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido de juros e correção monetária garantidos conforme contrato e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados.

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG), é calculada “*pro-rata die*” em função dos riscos vigentes, bruta de resseguro e carregamento.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL), é constituída pelo total dos sinistros e benefícios já avisados e ainda não regularizados até a data do balanço.

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), é constituída com base na observação do comportamento histórico dos avisos de sinistros dos últimos 36 meses sendo bruta de resseguro, conforme metodologia arquivada na SUSEP.

A provisão complementar de cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência das provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação do Passivo, descrito na nota 3l.

A provisão de excedentes financeiros (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro.

As constituições e reversões da provisão de excedente financeiro, bem como os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são apresentados na Demonstração do Resultado, na rubrica “Resultado financeiro”.

A provisão de despesas relacionadas (PDR), é constituída para o custeio das despesas referentes ao pagamento de benefícios tanto dos participantes já em fase de concessão de benefícios quanto daqueles que atingirão esta condição.

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) corresponde aos valores a serem regularizados junto aos clientes.

A classificação do passivo em circulante e não circulante segue critérios diferentes de acordo com a finalidade de cada provisão. A provisão de benefícios a conceder segue a expectativa de fluxos de resgates e conversão de recursos em renda. A provisão de benefícios concedidos segue a expectativa de pagamento de benefício aos assistidos. A provisão de excedente financeiro é constituída para suportar obrigações cujo vencimento é superior a 1 ano. As demais provisões visam cobrir compromissos de curto prazo, ou seja, até 1 ano.

I) Teste de adequação dos passivos (LAT – Liability Adequacy Test)

Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as regras e procedimentos instituídos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, semestralmente a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base do cálculo. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11 e a referida Circular, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

A metodologia utilizada considera as melhores estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os riscos assumidos até a presente data-base sendo brutos de resseguro, segregados em fluxos de prêmios e contribuições registradas e futuras, com as seguintes premissas:

- Prêmios e contribuições futuras, conversão em renda, resgates, despesas com pagamentos de benefícios futuros e cancelamentos baseados nas melhores práticas e análise da experiência histórica da Companhia com o período máximo de 5 anos conforme o estipulado no § 3º do Art. 47 da Circular SUSEP nº 543/2016; e
- Mortalidade e sobrevivência conforme o estipulado na Circular SUSEP nº 517/2015, pelas tábuas biométricas BR-EMS (cons-

truídas com a experiência do mercado segurador brasileiro), incrementadas pela melhoria contínua da expectativa de vida.

Os fluxos de caixas projetados são trazidos a valor presente segundo a Estrutura a Termo das Taxas de Juros – ETTJ alternativa de extrapolação denominada “*Ultimate Forward Rate – UFR*”, aprovada pela SUSEP, conforme as respectivas garantias oferecidas nos contratos em vigor, e para a identificação de possíveis insuficiências são comparados com os valores contábeis dos passivos e ativos intangíveis.

O teste de adequação de passivo realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2017 apresentou insuficiência total no montante de R\$ 948 milhões. A insuficiência aumentou em R\$ 373 milhões quando comparada com junho/17, o principal direcionador desse aumento foi a variação da ETTJ. A insuficiência foi integralmente compensada, conforme estipulado no § 2º do art. 52 da Circular SUSEP nº 543 de 2016, pela diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos classificados como “mantidos até o vencimento”, utilizados na cobertura dos respectivos passivos. Esta diferença aumentou, por conta da queda das taxas de juros, R\$ 276 milhões em relação a junho de 2017 e agora perfaz o montante de R\$ 2.099 milhões.

m) Contingências ativas e passivas

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis. Os detalhes relativos aos principais processos judiciais estão descritos na nota explicativa nº 15.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que sua realização de ganho seja considerada certa.

n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – (Impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por impairment, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período.

De acordo com a política da Companhia, o teste de *impairment* é realizado anualmente considerando:

- Carteira de clientes que possuíam planos de previdência na antiga Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência; e
- Exploração dos pontos de venda, representadas pelas agências do antigo Banco Nossa Caixa, nas quais são comercializados planos de previdência da Brasilprev.

O resultado do teste não indicou evidências de perda por *impairment*.

o) Imposto de renda e contribuição social

Sobre o lucro do período, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, incidem o imposto de renda à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável do ano excedente a R\$ 240, e a contribuição social à alíquota de 20% conforme Lei nº 13.169/2015 e Instrução Normativa nº 1.591/2015. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e estejam relacionados a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

p) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se o Pronunciamento CPC 48 – Instrumentos Financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do Pronunciamento CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

4. Principais Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis

Uso de estimativa e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no período a findar-se em 31 de dezembro de 2017, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 – Aplicações;
- Nota 14 – Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos;
- Nota 15 – Provisões judiciais; e
- Nota 17 – Créditos tributários e previdenciários.

5. Aplicações

	31.12.2017				31.12.2016			
	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ajuste a valor justo	%	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ajuste a valor justo	%
Valor justo por meio do resultado	220.117.046	225.919.563	5.802.517	95,58	186.140.425	188.495.168	2.354.743	94,65
Fundos de Investimento Exclusivos – FIF	1.607.884	1.619.421	11.537	0,69	981.671	991.167	9.496	0,49
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	20.872	18.671	(2.201)	0,01	20.353	19.862	(491)	0,01
Contratos DI Futuro	(299)	(299)	-	-	(34)	(34)	-	-
Debêntures	5.998	5.954	(44)	-	5.840	5.363	(477)	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	494.436	501.186	6.750	0,21	183.418	191.260	7.842	0,10
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	12.978	12.995	17	0,01	80.074	79.947	(127)	0,04
Letras Hipotecárias (LH)	44.504	48.030	3.526	0,02	45.800	47.045	1.245	0,02
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	109.644	112.160	2.516	0,05	-	-	-	-
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	-	-	-	23.604	23.532	(72)	0,01
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	67.375	70.462	3.087	0,03	72.671	74.200	1.529	0,04
Operação Compromissada	857.425	857.425	-	0,36	556.427	556.427	-	0,28
Cotas de FDIC	5.000	2.886	(2.114)	-	5.000	5.047	47	-
Outros (*)	(10.049)	(10.049)	-	-	(11.482)	(11.482)	-	(0,01)
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	218.281.740	224.081.087	5.799.347	94,79	184.918.443	187.285.396	2.366.953	94,05
Ações (**)	1.666.019	1.666.019	-	0,70	1.142.217	1.142.217	-	0,57
Cotas de Fundos RF	47.355	47.355	-	0,02	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	3.260	3.194	(66)	-	3.805	3.804	(1)	-
Contratos DI Futuro	(109.248)	(109.248)	-	(0,05)	(10.930)	(10.930)	-	(0,01)
Contratos Futuros de Ibovespa	379	379	-	-	645	645	-	-
Debêntures	3.850.569	3.717.961	(132.608)	1,57	4.400.133	4.234.260	(165.873)	2,13
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	-	-	-	15.024	15.078	54	0,01
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	51.434.285	54.374.081	2.939.796	23,00	38.956.658	40.230.777	1.274.119	20,20
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	78.516.100	78.524.121	8.021	33,23	73.119.491	72.956.925	(162.566)	36,65
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	26.525.511	27.227.064	701.553	11,52	19.273.579	19.712.523	438.944	9,90
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	31.699.678	33.952.605	2.252.927	14,36	25.476.956	26.568.810	1.091.854	13,34
Operação Compromissada	12.768.426	12.768.426	-	5,40	6.106.460	6.106.460	-	3,07
Cotas de FDIC	300.945	199.765	(101.180)	0,08	580.523	384.004	(196.519)	0,19
Nota Promissória (NP)	62.328	63.304	976	0,03	18.560	18.560	-	0,01
Letra Financeira (LF)	11.473.086	11.603.014	129.928	4,91	15.830.957	15.917.898	86.941	7,99
Outros (*)	43.047	43.047	-	0,02	4.365	4.365	-	-
Carteira Própria	227.422	219.055	(8.367)	0,10	240.311	218.605	(21.706)	0,11
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	67.088	61.695	(5.393)	0,03	71.418	64.401	(7.017)	0,03
Letras Hipotecárias (LH)	160.334	157.360	(2.974)	0,07	168.893	154.204	(14.689)	0,08
Disponível para venda	43.770	45.143	1.373	0,02	42.825	42.084	(741)	0,02
Carteira Própria	43.770	45.143	1.373	0,02	42.825	42.084	(741)	0,02
Debêntures	43.770	45.143	1.373	0,02	42.825	42.084	(741)	0,02
Mantidos até o vencimento (***)	10.412.319	12.955.070	-	4,40	10.609.842	12.617.811	-	5,33
Fundos de Investimento Exclusivos – FIF	5.843.429	7.281.800	-	2,47	6.459.515	7.580.390	-	3,24
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	21.931	21.982	-	0,01	-	-	-	-
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	2.541.496	3.147.277	-	1,08	2.438.348	2.908.361	-	1,22
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	3.225.475	4.052.150	-	1,36	3.938.524	4.586.242	-	1,98
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	54.527	60.391	-	0,02	82.643	85.787	-	0,04
Carteira Própria	4.568.890	5.673.270	-	1,93	4.150.327	5.037.421	-	2,09
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	2.124.532	2.387.965	-	0,90	1.674.200	1.849.896	-	0,84
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	2.444.358	3.285.305	-	1,03	2.476.127	3.187.525	-	1,25
Total das Aplicações	230.573.135	238.919.776	5.803.890	10-	196.793.092	201.155.063	2.354.002	10-

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos

(**) As ações estão representadas pelo valor justo

(***) A mais valia correspondente ao valor justo dos títulos mantidos até o vencimento monta a R\$ 2.542.751 (R\$ 2.007.969 em 2016)

Valor justo

O valor justo das quotas de Fundos de Investimento Financeiro, foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Companhia aplica seus recursos.

Os títulos públicos federais, classificados como “Mantidos até o Vencimento”, foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Para fins de divulgação apresentamos o valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Instituições do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A diferença entre o valor justo e o valor contábil desses ativos na data-base de 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.542.751 (R\$ 2.007.969 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$ 2.099.446 referem-se a ativos garantidores de provisões técnicas.

Os títulos públicos federais, classificados como “valor justo por meio do resultado”, foram contabilizados utilizando-se as cotações fornecidas pela ANBIMA.

Os demais instrumentos financeiros privados, classificados como disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado são apurados em consonância com a Instrução CVM nº 438/2006 e alterações, recomendações do Código de Auto-Regulamentação da ANBIMA e com o manual de precificação do Administrador dos instrumentos financeiros, a saber:

a) Debêntures: Com relação aos títulos divulgados na Tabela da ANBIMA, utilizam-se as cotações fornecidas por esta instituição. As demais debêntures são mensuradas por meio de metodologia própria – *marked to model* – com base nas cotações de negócios realizados e divulgados no Sistema Nacional de Debêntures – SND. Para fins de valor justo e como alternativa à ausência de negócios significativos, utilizam-se as cotações dos últimos 21 negócios efetivos divulgados pelo SND.

b) Ativos Pós-Fixados Indexados à Taxa SELIC ou DI – CDB: Devido a ausência de um mercado secundário ativo, foi desenvolvido um modelo de marcação a mercado dos CDBs que utiliza como base e parâmetros os negócios efetivados nos últimos 15 dias nos fundos de investimento da BB Gestão de Recursos DTVM S.A., leilões e/ou consultas efetuadas no mercado e emissões primárias registradas na CETIP.

c) DPGE Pós-Fixados indexados à Taxa SELIC ou DI: Devido à ausência de um mercado secundário ativo que forneça volume, taxa e emissor, utiliza-se o modelo de marcação a mercado do Administrador. Para os títulos que suas taxas estejam dentro do intervalo de confiança, estes são marcados a mercado pela própria taxa de contratação ou pela última taxa de marcação a mercado utilizada.

d) Letras Hipotecárias – LH: Para o cálculo de marcação a mercado utilizam-se os cupons de juros a serem pagos na data e a taxa interna de retorno, em base de dias corridos entre a data do cálculo e a data do pagamento.

Movimentação das aplicações financeiras

	31.12.2017	31.12.2016
Saldo inicial do exercício	199.147.094	149.741.885
Aplicações	65.858.003	71.186.175
Resgates	(48.467.055)	(43.431.442)
Receita financeira	19.836.803	21.648.440
Outros (*)	2.180	2.036
Saldo final do exercício	236.377.025	199.147.094

(*) Representam movimentações de caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos.

Detalhamento das aplicações por vencimentos

Em 31 de dezembro 2017 e 2016, os vencimentos dos títulos estão distribuídos da seguinte forma:

	31.12.2017				
	Até 1 mês	Até 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fundos de Investimento Exclusivos – FIF	847.370	105	892.864	5.722.511	7.462.850
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	-	169.443	3.056.032	3.225.475
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	16.341	2.637.315	2.653.656
Operação Compromissada	857.425	-	-	-	857.425
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	48.030	-	48.030
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	114.372	10.617	124.989
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	523.117	-	523.117
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	-	12.995	-	12.995
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	99	-	18.572	18.671
Debêntures	-	-	5.954	-	5.954
Contratos DI Futuro	-	-	(274)	(25)	(299)
Cotas de FDIC de outros Bancos	-	-	2.886	-	2.886
Outros (*)	(10.055)	6	-	-	(10.049)
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	16.341.916	11.337.877	160.111.868	36.289.426	224.081.087
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	2.854.813	16.526.133	7.846.118	27.227.064
Operação Compromissada	12.768.426	-	-	-	12.768.426
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	262.132	-	7.353.915	26.336.558	33.952.605
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	24.137	76.571.775	1.928.209	78.524.121
Cotas de Fundos R.F.	47.355	-	-	-	47.355
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	569.848	3.647.081	50.157.152	-	54.374.081
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	17	763	2.414	3.194
Debêntures	16.193	822.347	2.630.775	248.645	3.717.960
Ações	1.666.019	-	-	-	1.666.019
Cotas de FDIC de outros Bancos	22	50.200	149.543	-	199.765
Letra Financeira (LF)	968.896	3.938.881	6.695.237	-	11.603.014
Nota Promissória (NP)	-	-	63.304	-	63.304
Contratos Futuros de Ibovespa	(16)	395	-	-	379
Contratos DI Futuro	-	-	(36.729)	(72.518)	(109.247)
Outros (*)	43.041	6	-	-	43.047
Carteira Própria	-	-	652.672	4.180.416	4.833.088
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	-	495.312	1.949.046	2.444.358
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	2.124.532	2.124.532
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	157.360	-	157.360
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	61.695	61.695
Debêntures	-	-	-	45.143	45.143
Total de Aplicações	17.189.286	11.337.982	161.657.404	46.192.353	236.377.025

	31.12.2016				
	Sem Vencimento definido ou até 1 mês	Até 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fundos de Investimento Exclusivos – FIF	574.084	694.582	479.672	5.702.344	7.450.682
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	694.577	166.841	3.100.638	3.962.056
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	2.438.348	2.438.348
Operação Compromissada	556.427	-	-	-	556.427
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	47.045	-	47.045
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	29.144	-	69.176	58.523	156.843
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	191.260	-	191.260
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	-	-	79.947	79.947
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	343	19.519	19.862
Debêntures	-	-	-	5.363	5.363
Contratos DI Futuro	-	-	(40)	6	(34)
Cotas de FDIC	-	-	5.047	-	5.047
Outros (*)	(11.487)	5	-	-	(11.482)
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	10.224.881	9.742.943	122.159.699	45.157.873	187.285.396
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	1.702.695	10.381.899	7.627.929	19.712.523
Operação Compromissada	6.106.460	-	-	-	6.106.460
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	419.310	-	6.808.212	19.341.288	26.568.810
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	-	55.129.657	17.827.268	72.956.925
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	656.666	2.476.956	37.097.155	-	40.230.777
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	1.141	2.663	3.804
Debêntures	-	627.912	3.247.009	359.339	4.234.260
Ações	1.142.217	-	-	-	1.142.217
Cotas de FDIC	-	90.774	293.230	-	384.004
Letra Financeira (LF)	1.877.307	4.828.879	9.211.712	-	15.917.898
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	15.078	-	-	15.078
Nota Promissória (NP)	18.560	-	-	-	18.560
Contratos Futuros de Ibovespa	-	645	-	-	645
Contratos DI Futuro	-	-	(10.316)	(614)	(10.930)
Outros (*)	4.361	4	-	-	4.365
Carteira Própria	-	23.265	636.004	3.751.747	4.411.016
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	23.265	481.800	1.971.062	2.476.127
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	1.674.200	1.674.200
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	154.204	-	154.204
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	64.401	64.401
Debêntures	-	-	-	42.084	42.084
Total de Aplicações	10.798.965	10.460.790	123.275.375	54.611.964	199.147.094

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía em seus fundos de investimento vinculados aos planos PGBL e VGBL, contratos de compra de índices futuros de DI e contratos de índice futuro Ibovespa. As operações em aberto têm vencimentos entre janeiro de 2018 e janeiro de 2027.

O valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo do fundo e apropriados diariamente como receita ou despesa no resultado. Em 31 de dezembro de 2017, o diferencial a pagar, registrado em conta de passivo dos fundos, totalizava R\$ 109.167 (R\$ 10.319 em 31 de dezembro de 2016), conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2017		31.12.2016	
	Valor Referencial Derivativo	Valor justo	Valor Referencial Derivativo	Valor justo
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	(58.098.080)	(108.867)	(47.871.514)	(10.285)
Contratos Futuros de Ibovespa	112.413	380	103.536	645
Posição Ativa	129.788	296	103.536	645
Até 12 meses	129.788	296	103.536	645
Posição Passiva	(17.375)	84	-	-
Até 1 mês	(16.430)	(16)	-	-
Até 12 meses	(945)	100	-	-
Contratos DI Futuro	(58.210.493)	(109.247)	(47.975.050)	(10.930)
Posição Ativa	944.112	2.318	144.080	25
Até 1 mês	299.841	-	-	-
De 1 a 5 anos	360.337	323	117.068	5
Acima de 5 anos	283.934	1.995	27.012	20
Posição Passiva	(59.154.605)	(111.565)	(48.119.130)	(10.955)
Até 1 mês	-	-	(32.967)	-
De 1 a 5 anos	(43.111.829)	(37.052)	(36.066.356)	(10.321)
Acima de 5 anos	(16.042.776)	(74.513)	(12.019.807)	(634)
Fundos de Investimento Exclusivos – FIF	(262.499)	(300)	(217.165)	(34)
Contratos DI Futuro	(262.499)	(300)	(217.165)	(34)
Posição Passiva	(262.499)	(300)	(217.165)	(34)
De 1 a 5 anos	(255.039)	(275)	(201.873)	(40)
Acima de 5 anos	(7.460)	(25)	(15.292)	6
Total	(58.360.579)	(109.167)	(48.088.679)	(10.319)

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o *hedge* da carteira da Companhia. No caso dos contratos futuros de DI, buscamos minimizar os efeitos da variação dos preços dos instrumentos financeiros, principalmente as Letras do Tesouro Nacional e as Notas do Tesouro Nacional (série F). No caso dos contratos futuros de Ibovespa são utilizados para refletir à variação do preço das ações quando relacionados com operações compromissadas.

Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as quotas dos fundos de investimentos. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição.

Estimativa de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela a seguir demonstra a mensuração do valor justo por níveis:

	31.12.2017			31.12.2016		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	196.581.531	29.305.034	225.919.563	161.358.923	27.143.362	188.495.168
Fundos de Investimento Exclusivos – FIF	699.390	930.080	1.619.421	373.952	628.697	991.167
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	18.671	18.671	-	19.862	19.862
Contratos DI Futuro	(299)	-	(299)	(34)	-	(34)
Debêntures	-	5.954	5.954	-	5.363	5.363
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	501.186	-	501.186	191.260	-	191.260
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	12.995	-	12.995	79.947	-	79.947
Letras Hipotecárias (LH)	-	48.030	48.030	-	47.045	47.045
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	112.160	-	112.160	-	-	-
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	-	-	23.532	-	23.532
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	70.462	-	70.462	74.200	-	74.200
Operação Compromissada	-	857.425	857.425	-	556.427	556.427
Cotas de FDIC de outros Bancos	2.886	-	2.886	5.047	-	5.047
Outros (*)	-	-	(10.049)	-	-	(11.482)
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	195.882.141	28.155.899	224.081.087	160.984.971	26.296.060	187.285.396
Ações	1.666.019	-	1.666.019	1.142.217	-	1.142.217
Cotas de Fundos RF	47.355	-	47.355	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	3.194	3.194	-	3.804	3.804
Contratos DI Futuro	(109.248)	-	(109.248)	(10.930)	-	(10.930)
Contratos Futuros de Ibovespa	379	-	379	645	-	645
Debêntures	-	3.717.961	3.717.961	-	4.234.260	4.234.260
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	-	-	-	15.078	15.078
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	54.374.081	-	54.374.081	40.230.777	-	40.230.777
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	78.524.121	-	78.524.121	72.956.925	-	72.956.925
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	27.227.064	-	27.227.064	19.712.523	-	19.712.523
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	33.952.605	-	33.952.605	26.568.810	-	26.568.810
Operação Compromissada	-	12.768.426	12.768.426	-	6.106.460	6.106.460
Cotas de FDIC de outros Bancos	199.765	-	199.765	384.004	-	384.004
Nota Promissória (NP)	-	63.304	63.304	-	18.560	18.560
Letra Financeira (LF)	-	11.603.014	11.603.014	-	15.917.898	15.917.898
Outros (*)	-	-	43.047	-	-	4.365
Carteira Própria	-	219.055	219.055	-	218.605	218.605
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	61.695	61.695	-	64.401	64.401
Letras Hipotecárias (LH)	-	157.360	157.360	-	154.204	154.204
Disponível para venda	-	45.143	45.143	-	42.084	42.084
Carteira Própria	-	45.143	45.143	-	42.084	42.084
Debêntures	-	45.143	45.143	-	42.084	42.084
Mantidos até o vencimento	12.955.070	-	12.955.070	12.617.811	-	12.617.811
Fundos de Investimento Exclusivos – FIF	7.281.800	-	7.281.800	7.580.390	-	7.580.390
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	21.982	-	21.982	-	-	-
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	3.147.277	-	3.147.277	2.908.361	-	2.908.361
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	4.052.150	-	4.052.150	4.586.242	-	4.586.242
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	60.391	-	60.391	85.787	-	85.787
Carteira Própria	5.673.270	-	5.673.270	5.037.421	-	5.037.421
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	2.387.965	-	2.387.965	1.849.896	-	1.849.896
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	3.285.305	-	3.285.305	3.187.525	-	3.187.525
Total Aplicações	209.536.601	29.350.177	238.919.776	173.976.734	27.185.446	201.155.063

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos, para os quais a classificação por nível não é aplicável.

Taxas médias contratadas

As taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, são as seguintes: IPCA + 5,70%; TR + 10,00%; PRÉ 11,66%; 100% da SELIC; IGPM + 9,07%; CDI + 1,29%; e 105,54% do CDI.

6. Cobertura das Provisões Técnicas

Os títulos mobiliários são escriturais e o controle de sua propriedade é exercido pelo Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) ou por instituições financeiras credenciadas. Parte substancial das aplicações, no valor de R\$ 234.519.924 (R\$ 197.533.558 em 31 de dezembro de 2016), encontra-se vinculada à cobertura das provisões técnicas de acordo com os limites de diversificação e regras de direcionamento estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) através da Resolução nº 4.444 de 13 de novembro de 2015 e alterações.

	31.12.2017	31.12.2016
Total das provisões técnicas a ser coberto	234.519.924	197.533.558
Aplicações / Ativos garantidores	236.377.025	199.147.094
Ativos livres	1.857.101	1.613.536

7. Ativo Imobilizado

31.12.2017	Equipamentos de Telecomunicações e informática	Móveis, máquinas e utensílios	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo	17.870	7.059	40	21.281	46.250
Depreciação acumulada	(10.697)	(3.245)	(27)	(7.438)	(21.407)
Saldo 31/12/2016 líquido	7.173	3.814	13	13.843	24.843
Adições	3.791	1.852	-	10.996	16.639
Baixas	(537)	(214)	-	(2.596)	(3.347)
Depreciações	(2.188)	(570)	(8)	(2.819)	(5.585)
Saldo 31/12/2017 líquido	8.239	4.882	5	19.424	32.550
Custo	21.124	8.697	40	29.682	59.543
Depreciação acumulada	(12.885)	(3.815)	(35)	(10.258)	(26.993)

31.12.2016	Equipamentos de telecomunicações e informática	Móveis, máquinas e utensílios	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo	14.383	5.885	800	13.811	34.879
Depreciação acumulada	(9.299)	(2.828)	(244)	(6.094)	(18.465)
Saldo 31/12/2015 líquido	5.084	3.057	556	7.717	16.414
Adições	4.148	1.469	-	8.783	14.400
Baixas	(659)	(295)	(760)	(1.313)	(3.027)
Depreciações	(1.400)	(417)	217	(1.344)	(2.944)
Saldo 31/12/2016 líquido	7.173	3.814	13	13.843	24.843
Custo	17.870	7.059	40	21.281	46.250
Depreciação acumulada	(10.697)	(3.245)	(27)	(7.438)	(21.407)

8. Ativo Intangível

31.12.2017	Carteira / Canal ⁽¹⁾	Desenvolvimento de sistema – Projetos	Licenças de uso de software	Total
Custo	142.321	142.664	38.228	323.213
Amortização Acumulada	(41.439)	(73.408)	(21.017)	(135.864)
Saldo 31/12/2016 líquido	100.882	69.256	17.211	187.349
Adições	-	30.230	6.798	37.028
Baixas	-	(3.779)	(160)	(3.939)
Amortizações	(8.024)	(15.307)	(3.171)	(26.502)
Saldo 31/12/2017 líquido	92.858	80.400	20.678	193.936
Custo	142.321	169.115	44.866	356.302
Amortização Acumulada	(49.463)	(88.715)	(24.188)	(162.366)

(1) Comentários sobre base de composição e forma de amortização vide nota explicativa nº 3h.

31.12.2016	Carteira / Canal ⁽¹⁾	Desenvolvimento de sistema – Projetos	Licenças de uso de software	Total
Custo	142.321	125.893	31.439	299.653
Amortização Acumulada	(32.057)	(67.582)	(18.993)	(118.632)
Saldo 31/12/2015 líquido	110.264	58.311	12.446	181.021
Adições	-	16.771	6.789	23.560
Amortizações	(9.382)	(5.826)	(2.024)	(17.232)
Saldo 31/12/2016 líquido	100.882	69.256	17.211	187.349
Custo	142.321	142.664	38.228	323.213
Amortização Acumulada	(41.439)	(73.408)	(21.017)	(135.864)

(1) Comentários sobre base de composição e forma de amortização vide nota explicativa nº 3h.

9. Impostos e Encargos Sociais a Recolher

	31.12.2017	31.12.2016
Imposto de renda retido	127.656	131.351
Imposto sobre serviço retido	4.128	3.913
Contribuições previdenciárias	1.918	1.668
Outros impostos e encargos	1.086	1.024
Total	134.788	137.956

10. Impostos e Contribuições

	31.12.2017	31.12.2016
Imposto de renda (*)	292.841	239.961
Contribuição social (*)	124.663	102.893
Cofins	4.009	4.134
Pis	334	374
Outros	12	5.340
Total	421.859	352.702

(*) Apresentado líquido das antecipações conforme nota explicativa nº 17.

11. Depósitos de Terceiros

	31.12.2017	31.12.2016
Até 30 dias	32.989	31.217
De 31 a 180 dias	93	2.684
De 181 a 360 dias	72	4.190
Acima de 360 dias	2.255	6.587
Total	35.409	44.678

Aproximadamente 93% do total apresentado em 2017 refere-se a arrecadação recebida no último dia do mês.

12. Patrimônio Líquido

O capital social está representado por 2.290.080 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 1.145.040 ordinárias e 1.145.040 preferenciais.

O Estatuto Social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido contábil. A destinação relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada.

Foi deliberada pelos administradores, nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 9 de fevereiro de 2017, 18 de abril de 2017, 19 de junho de 2017, 4 de agosto de 2017 e 20 de setembro de 2017 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de dezembro de 2017, a aprovação de distribuição mensal de dividendos e/ou o pagamento de juros sobre capital próprio. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, foi calculado com base na “taxa de juros de longo prazo” (TJLP) aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório.

Durante o exercício, foram distribuídos R\$ 829.188 entre dividendos e juros sobre o capital próprio, da seguinte forma: (i) juros sobre capital próprio no montante de R\$ 71.757 como distribuição de parte do resultado do exercício, (ii) dividendos no montante de R\$ 757.431 sendo que (a) a parcela no montante de R\$ 116.567 foi paga como antecipação da distribuição do resultado do exercício, e (b) o montante de R\$ 640.864 a partir do saldo existente na Reserva Estatutária, sendo R\$ 48.923 relativos ao exercício de 2016.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 09 de fevereiro de 2017, foi deliberada a distribuição do lucro do exercício de 2016, no montante de R\$ 1.009.043, da seguinte forma: (i) Reserva Legal no montante de R\$ 50.452, (ii) pagamento de dividendos no montante de R\$ 230.942 pagos durante o exercício de 2016, a título de antecipação, (iii) pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 153.425 e (iv) reserva estatutária no montante de R\$ 574.224.

O total de dividendos e juros sobre o capital próprio relativos a 2017 representa 78% do lucro líquido do exercício.

O montante creditado a título de juros sobre capital próprio no exercício reduziu a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, gerando um efeito tributário positivo de R\$ 32.291.

A reserva legal é constituída, ao final do exercício, para garantir a integridade do capital social. A constituição é realizada com 5% do lucro líquido do exercício até que atinja 20% do capital social.

A reserva estatutária é constituída ao final de cada exercício social por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, até que, quando somada à reserva legal, atinja o limite de 100% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

A distribuição do lucro líquido do exercício aconteceu conforme abaixo:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Lucro líquido do exercício	1.091.158	1.009.043
Constituição reserva legal	9.891	50.452
Dividendos pagos	116.567	230.942
Juros sobre o capital próprio creditados (valores brutos)	71.757	153.425
Dividendos propostos	66.829	48.923
Constituição reserva estatutária	826.114	525.301

13. Demonstrativo do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, as sociedades deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que

é equivalente ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2017
Patrimônio líquido	2.663.461
Ajustes contábeis:	
(-) Despesas antecipadas	(8.383)
(-) Intangível	(193.936)
(-) Obras de arte	(75)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
(+) Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.398.513
(-) Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados	(521.343)
(+) Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	38.417
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	219.627
Patrimônio líquido ajustado (a)	3.596.281
Capital Mínimo Requerido (b) = maior entre (c) e (d)	1.840.637
Capital Base (c)	15.000
Capital Adicional de Risco (d)	1.840.637
Capital Adicional de Risco de Subscrição	1.297.813
Capital Adicional de Risco de Crédito	177.364
Capital Adicional de Risco Operacional	187.616
Capital Adicional de Risco de Mercado	591.688
Redução de Correlação de Riscos	(413.844)
Suficiência de Capital (a) – (b)	1.755.644

O índice de liquidez em relação ao CR em 31 de dezembro de 2017 é de 101% e o requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações é de 20% deduzido deste o valor do superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP, limitado ao efeito no CR da parcela de risco de mercado relativa aos fluxos de prêmios e contribuições não registradas, equivalente à R\$ 1.857.101 (nota explicativa 6) e R\$ 360.444, respectivamente.

Conforme disposições transitórias, artigo 64-a, da Resolução 343/2016, a dedução dos custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à provisão para prêmios não ganhos (PPNG), dar-se-á entre 2018 e 2020.

Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução 343/2016.

Conforme disposições transitórias, alínea "a", parágrafo 4º do artigo 50, da Resolução 321/2015, o montante efetivamente exigido do capital de risco de mercado corresponderá a 50% em 31/12/2016 e a 100% a partir de 31/12/2017.

14. Provisões Técnicas e Custos de Aquisição Diferidos

Provisões técnicas	31.12.2017			
	PGBL	VGBL	Tradicionais (*)	Total
Matemática de benefícios a conceder	33.426.882	190.651.153	6.683.596	230.761.631
Matemática de benefícios concedidos	539.282	154.960	1.864.126	2.558.368
Excedente Financeiro	1.097	539	627.402	629.038
Sinistros a Liquidar	982	811	37.683	39.476
Resgates e Outros Valores a Regularizar	76.686	345.647	2.438	424.771
Despesas Relacionadas	25.700	43.474	17.369	86.543
Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR	-	-	10.216	10.216
Prêmios não Ganhos	-	-	9.881	9.881
Total das provisões técnicas	34.070.629	191.196.584	9.252.711	234.519.924
Custos de aquisição diferidos	47.947	1.274.307	157	1.322.411

(*) Inclui as coberturas de risco

Provisões técnicas	31/12/2016			
	PGBL	VGBL	Tradicionais (*)	Total
Matemática de benefícios a conceder	30.517.100	156.765.533	6.728.362	194.010.995
Matemática de benefícios concedidos	460.802	132.537	1.753.173	2.346.512
Excedente Financeiro	348	180	650.877	651.405
Sinistros a Liquidar	453	-	37.270	37.723
Resgates e Outros Valores a Regularizar	35.837	307.746	7.587	351.170
Despesas Relacionadas	34.657	64.261	15.720	114.638
Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR	-	-	10.222	10.222
Prêmios não Ganhos	-	-	10.893	10.893
Total das provisões técnicas	31.049.197	157.270.257	9.214.104	197.533.558
Custos de aquisição diferidos	51.911	1.214.060	147	1.266.118

(*) Inclui as coberturas de risco

Movimentação das provisões técnicas

Provisões Técnicas	PGBL	VGBL	Tradicionais (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	31.049.197	157.270.257	9.214.104	197.533.558
(+) Contribuições líquidas de carregamento	2.487.200	38.127.861	385.319	41.000.380
(-) Pagamento de benefícios/sinistros	(283.425)	(229.755)	(364.046)	(877.226)
(-) Pagamento de resgates	(1.672.071)	(14.823.700)	(307.115)	(16.802.886)
(-) Pagamento de devolução de saldo	(79.985)	(3.526.229)	-	(3.606.214)
(+/-) Portabilidades líquidas	(501.615)	(1.774.851)	(37.176)	(2.313.642)
(+/-) Atualização monetária, juros e rendimentos	3.314.518	15.632.148	456.979	19.403.645
(+/-) IBNR/PPNG/PDR (Reversão/Constituição)	(9.238)	(21.454)	1.579	(29.113)
(+/-) Outras movimentações	(233.952)	542.307	(96.933)	211.422
Saldo em 31 de dezembro de 2017	34.070.629	191.196.584	9.252.711	234.519.924

(*) Inclui as coberturas de risco

Provisões Técnicas	PGBL	VGBL	Tradicionais (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	26.905.918	112.776.408	8.564.428	148.246.754
(+) Contribuições líquidas de carregamento	2.535.106	44.431.862	399.664	47.366.632
(-) Pagamento de benefícios/sinistros	(234.142)	(354.129)	(315.790)	(904.061)
(-) Pagamento de resgates	(1.661.891)	(12.615.337)	(316.689)	(14.593.917)
(-) Pagamento de devolução de saldo	(64.500)	(3.076.693)	-	(3.141.193)
(+/-) Portabilidades líquidas	(63.188)	(107.063)	(11.495)	(181.746)
(+/-) Atualização monetária, juros e rendimentos	3.590.866	16.555.311	985.539	21.131.716
(+/-) IBNR/PPNG/PDR (Reversão/Constituição)	7.557	6.286	963	14.806
(+/-) Outras movimentações	33.471	(346.388)	(92.516)	(405.433)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	31.049.197	157.270.257	9.214.104	197.533.558

(*) Inclui as coberturas de risco

Custos de aquisição diferidos	PGBL	VGBL	Tradicionais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	51.911	1.214.060	147	1.266.118
(+) Constituições	21.488	637.530	306	659.324
(-) Reversões	(25.452)	(577.283)	(296)	(603.031)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	47.947	1.274.307	157	1.322.411

Custos de aquisição diferidos	PGBL	VGBL	Tradicionais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	36.884	888.574	138	925.596
(+) Constituições	27.847	780.976	303	809.126
(-) Reversões	(12.820)	(455.490)	(294)	(468.604)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	51.911	1.214.060	147	1.266.118

15. Provisões Judiciais e Depósitos Judiciais

a) Fiscais

A Companhia obteve liminar para recolhimento da contribuição social no ano de 1998 à alíquota de 8% (isonomia às pessoas jurídicas não financeiras). O diferencial em relação à alíquota de 18% está provisionado na rubrica “Provisões Fiscais” no montante de R\$ 7.031 em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, totalmente depositado judicialmente e atualizado monetariamente até a data do depósito.

Em 30 de dezembro de 2008, a Companhia impetrou Mandado de Segurança discutindo a inconstitucionalidade da Lei nº 11.727/2008, referente à majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 9% para 15% aplicável às Instituições Financeiras e equiparadas a partir de maio de 2008. Em 9 de janeiro de 2009, a Companhia obteve autorização para depositar judicialmente o montante do tributo discutido, qual seja, a diferença de 6% da alíquota. Em setembro de 2015, em decorrência da alteração da alíquota para 20% conforme Lei nº 13.169/2015, a Companhia impetrou novo Mandado de Segurança, referente à majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15% para 20% e também obteve autorização para depositar judicialmente o montante do tributo discutido, qual seja, a diferença de 11% da alíquota. O depósito das duas ações em curso totaliza R\$ 681.016 (R\$ 503.814 em 31 de dezembro de 2016). As respectivas provisões totalizam R\$ 835.423 (R\$ 631.814 em 31 de dezembro 2016).

Foi lavrado, contra a Companhia, auto de infração referente ao INSS sobre o qual foi constituída provisão de R\$ 3.247 em 2007. Em julho de 2009 houve decisão favorável à Brasilprev, reduzindo o valor discutido para R\$ 1.164. No mês de novembro de 2009 a Companhia utilizou-se do benefício da anistia para realizar o pagamento de parte dos valores discutidos, referente aos anos de 2002, 2003, 2005 e 2006. Em agosto de 2014, foi proferida decisão favorável à Companhia reconhecendo a decadência dos valores discutidos até a competência de novembro de 2002. Em função dessa decisão, houve reversão de parte do

montante provisionado. Como consequência, o valor discutido atualmente perfaz o montante de R\$ 117 em dezembro de 2017 e dezembro de 2016.

Durante o ano-calendário de 2011, foram lavrados contra a Companhia dois autos de infração, visando à cobrança de PIS e COFINS no valor de R\$ 5.333, em razão da base de tributação não considerar a sistemática legal preconizada pela Instrução Normativa nº 247/2002 para apuração das receitas financeiras dedutíveis. A Companhia apresentou impugnação, tendo efetuado parte do pagamento da autuação fiscal. Desta forma, o montante atualmente em discussão atualizado monetariamente e totalmente provisionado perfaz o valor de R\$ 1.437 (R\$ 1.385 em 31 de dezembro de 2016).

b) Trabalhistas

A Companhia responde a 57 processos de natureza trabalhista que se encontram em diversas fases de tramitação, cujo montante provisionado referente aos casos com probabilidade de perda provável é de R\$ 2.286 (R\$ 1.509 em 31 de dezembro de 2016) e está registrado na rubrica “Provisões judiciais”.

c) Cíveis

Existem 646 processos de natureza cível que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos envolvem principalmente a discussão de pagamentos de benefícios e resgates de previdência complementar. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, a qual está registrada na rubrica “Provisões judiciais” no montante de R\$ 12.482 (R\$ 10.104 em 31 de dezembro de 2016). Adicionalmente, os processos de natureza cível relacionados a sinistros/benefícios, estão provisionados no grupo de Provisões Técnicas, na rubrica “Provisão de Sinistros a Liquidar” e totalizam R\$ 15.974 (R\$ 18.550 em 31 de dezembro de 2016).

d) Movimentação e detalhamento das provisões para contingências passivas

	Movimentação					
	31.12.2016	Adições		Baixas por pagamento	Baixas por Estorno	31.12.2017
		Constituições	Atualizações			
Fiscais	646.670	203.609	52	-	(4.813)	845.518
Trabalhistas	1.509	1.090	394	(567)	(140)	2.286
Cíveis	28.654	6.629	4.966	(5.892)	(5.901)	28.456
Total	676.833	211.328	5.412	(6.459)	(10.854)	876.260

	Movimentação					
	31.12.2015	Adições		Baixas por pagamento	Baixas por Estorno	31.12.2016
		Constituições	Atualizações			
Fiscais	471.861	175.944	1.069	(2.204)	-	646.670
Trabalhistas	1.673	23	352	-	(539)	1.509
Cíveis	24.935	4.753	5.516	(2.643)	(3.907)	28.654
Total	498.469	180.720	6.937	(4.847)	(4.446)	676.833

	Detalhamento por probabilidade de perda – 31.12.2017								
	Valor reclamado (*)					Valor provisionado (**)			
	Qtde.	Provável	Possível	Remota	Total	Provável	Possível	Remota	Total
Fiscais	9	3.059	838.064	26	841.149	7.072	838.420	26	845.518
Trabalhistas	57	5.372	4.768	1.276	11.416	2.286	-	-	2.286
Cíveis	646	21.680	23.243	4.660	49.583	24.118	4.338	-	28.456
Total	712	30.111	866.075	5.962	902.148	33.476	842.758	26	876.260

	Detalhamento por probabilidade de perda – 31.12.2016								
	Valor reclamado (*)					Valor provisionado (**)			
	Qtde.	Provável	Possível	Remota	Total	Provável	Possível	Remota	Total
Fiscais	12	3.059	639.268	26	642.353	7.072	639.572	26	646.670
Trabalhistas	52	4.398	6.657	531	11.586	1.509	-	-	1.509
Cíveis	644	22.492	20.708	3.127	46.327	25.120	3.515	19	28.654
Total	708	29.949	666.633	3.684	700.266	33.701	643.087	45	676.833

(*) O valor reclamado corresponde ao valor original da causa.

(**) Considerado sob o conceito de obrigação legal para os fiscais e "Provisão de Sinistros a Liquidar – (PSL)" judicial para os cíveis.

e) Depósitos judiciais e fiscais

	31.12.2016	Constituições	Reversões	31.12.2017
Fiscais	512.511	177.035	-	689.546
Cíveis	5.362	427	(1.703)	4.086
Trabalhistas	596	29	(505)	120
Total	518.469	177.491	(2.208)	693.752

	31.12.2015	Constituições	Reversões	31.12.2016
Fiscais	444.523	67.988	-	512.511
Cíveis	5.130	2.099	(1.867)	5.362
Trabalhistas	436	205	(45)	596
Total	450.089	70.292	(1.912)	518.469

O prazo médio pendente de pagamento dos sinistros judiciais está relacionado ao prazo do desfecho do processo judicial, que usualmente ocorre entre 4 e 6 anos.

16. Detalhamento das Contas da Demonstração de Resultados

a) Custos de aquisição

	31.12.2017	31.12.2016
Agenciamento e corretagem	(639.155)	(791.236)
Variação das despesas diferidas	56.293	340.403
Custeamento de vendas	(16.685)	(16.639)
	<u>(599.547)</u>	<u>(467.472)</u>

b) Outras receitas e despesas operacionais

	31.12.2017	31.12.2016
Despesa com incentivo de vendas	(8.224)	(10.370)
Despesas com cobrança	(15.058)	(16.882)
Contingências	(3.956)	(3.794)
Provisão de créditos duvidosos	(24)	(40)
Outras despesas operacionais	(3.282)	(2.738)
	<u>(30.544)</u>	<u>(33.824)</u>

c) Despesas administrativas

	31.12.2017	31.12.2016
Pessoal próprio	(137.452)	(125.981)
Serviços de terceiros	(169.843)	(150.181)
Localização e funcionamento	(57.700)	(44.036)
Publicidade e propaganda	(29.208)	(27.064)
Outras	(9.672)	(5.921)
	<u>(403.875)</u>	<u>(353.183)</u>

d) Despesas com tributos

	31.12.2017	31.12.2016
Impostos federais e municipais	(49.021)	(37.129)
COFINS	(115.311)	(99.006)
PIS	(18.735)	(16.088)
Taxa de fiscalização SUSEP	(3.245)	(4.496)
Outras	(653)	(3.175)
	<u>(186.965)</u>	<u>(159.894)</u>

e) Resultado financeiro

	31.12.2017	31.12.2016
Fundos de investimentos exclusivos – FIF	446.147	851.140
FIFES vinculados ao PGBL e VGBL	18.987.886	20.176.705
Títulos de renda fixa – Público e Privado	402.771	620.595
Outros	1.668	1.642
Total	19.838.472	21.650.082
Despesas com provisões técnicas	(19.384.255)	(21.138.531)
Outras despesas financeiras	(1.679)	(2.983)
	<u>(19.385.934)</u>	<u>(21.141.514)</u>
Resultado financeiro	<u>452.538</u>	<u>508.568</u>

f) Receita financeira por categoria

	31.12.2017	31.12.2016
Valor justo por meio do resultado	18.993.427	20.175.962
Disponível para venda	946	4.856
Mantidos até o vencimento	842.431	1.467.622
Total	<u>19.836.804</u>	<u>21.648.440</u>

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2017		31.12.2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes dos impostos e participações	1.920.100	1.920.100	1.709.796	1.709.796
(-) Participações sobre o resultado	(15.853)	(15.853)	(12.441)	(12.441)
(-) Juros sobre capital próprio	(71.757)	(71.757)	(153.425)	(153.425)
Resultado ajustado	1.832.490	1.832.490	1.543.930	1.543.930
Adições	30.359	30.359	22.841	22.841
Exclusões	(13.340)	(13.340)	(2.483)	(2.483)
Lucro tributável	1.849.509	1.849.509	1.564.288	1.564.288
Tributos correntes	(462.353)	(369.902)	(391.048)	(312.858)
Tributos diferidos	(1.821)	(991)	(353)	(432)
(-) Programa de alimentação ao trabalhador – PAT	1.240	-	1.147	-
(-) Incentivos fiscais	19.188	-	15.293	-
Outros	1.550	-	-	(61)
Total de tributos	<u>(442.196)</u>	<u>(370.893)</u>	<u>(374.961)</u>	<u>(313.351)</u>
Alíquota Efetiva	24,13%	20,24%	24,29%	20,30%

Os tributos correntes estão classificados na rubrica “Impostos e Contribuições” no passivo circulante pelo valor líquido das antecipações do período que totalizam R\$ 421.859 (R\$ 352.702 em 31 de dezembro de 2016).

Os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias decorrem principalmente de provisões judiciais, ficando o prazo de sua realização condicionado ao desfecho das ações em andamento.

18. Gestão de Riscos

Alinhada às diretrizes de *Enterprise Risk Management* (ERM) do COSO (2013), às melhores práticas do mercado internacional, e se antecipando às exigências regulatórias, conforme a Circular SUSEP no. 521/2015, a Brasilprev possui uma Diretoria Técnica de Gestão de Riscos, subordinada ao diretor presidente. A diretoria é responsável pela supervisão da Estrutura de Gestão de Riscos da Brasilprev, atuando como segunda linha de defesa e suporte consultivo.

A Diretoria Técnica de Gestão de Riscos aperfeiçoou seu processo de gestão de riscos corporativos, identificando, mensurando, monitorando e reportando, o perfil e nível dos riscos mais relevantes da Brasilprev aos principais órgãos de governança e decisão da empresa, incluindo seu Conselho de Administração.

A implantação do monitoramento deste perfil e nível dos riscos mais relevantes, representado através de uma matriz de riscos corporativos e controles, foi um passo fundamental e necessário para a implantação dos demais componentes da Estrutura de Gestão de Riscos: a Declaração de Apetite a Riscos pelo Conselho de Administração, com a definição de limites de tolerância a riscos e protocolo de atuação em caso de desenquadramento de métricas, e a Política de Gestão de Riscos Corporativos, que formaliza as estratégias e diretrizes para a gestão dos riscos mais relevantes.

a) Risco de crédito

O Risco de Crédito é conceituado como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização de contrato de crédito ou recebíveis em razão da deterioração na classificação de risco do tomador, emissor ou contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações e dos custos de recuperação.

	31.12.2017	31.12.2016
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.275	1.184
Créditos de PIS e COFINS	248	248
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	23.907	27.565
Total do ativo circulante e não circulante	28.430	28.997

Dentre os mecanismos de gestão e controle de risco de crédito adotados na Brasilprev, destaque-se o acompanhamento permanente do risco de crédito da carteira de ativos adquiridos através do monitoramento mensal dos *ratings* atribuídos pelas agências de avaliação de risco, Moody's, Fitch Ratings e Standard & Poor's às respectivas contrapartes individuais.

A Brasilprev realiza ainda, um acompanhamento individual das contrapartes que apresentam maior possibilidade de deterioração do risco de crédito, selecionadas através de uma matriz de monitoramento que contempla aspectos como perdas expressivas decorrentes de dificuldades financeiras, má gestão empresarial, atraso ou inadimplência, descumprimento de qualquer obrigação contratual ou legal dentre outros aspectos majoradores de risco.

São elaborados relatórios de cada contraparte selecionada, contendo informações detalhadas acerca de nossa exposição (ativo adquirido pela Brasilprev), das razões que motivaram a inclusão no relatório, dos principais aspectos de risco e pontos de atenção identificados, bem como da atual situação econômico-financeira da empresa.

Além disso, mensalmente realizamos testes de *stress* para avaliar a possibilidade de perda preditiva da carteira de crédito privado, utilizando a matriz de migração da Standard & Poor's, métrica que estima a probabilidade de *default* com base nas alterações de *rating* da contraparte/ativos num determinado período.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros de crédito privado detidos pela Companhia distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por renomadas agências de *rating*.

Títulos Privados de Renda Fixa	31.12.2017							
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	C
Debêntures	1.162.365	1.663.235	182.597	172.052	341.658	61.410	171.387	14.355
FIDC	202.628	-	-	-	-	-	-	-
Letra Financeira	1.903.384	9.608.117	91.514	-	-	-	-	-
LH+LCI	-	205.391	-	-	-	-	-	-
Notas Promissórias	-	63.304	-	-	-	-	-	-
CRI	116	83.444	-	-	-	-	-	-
Total	3.268.493	11.623.491	274.111	172.052	341.658	61.410	171.387	14.355

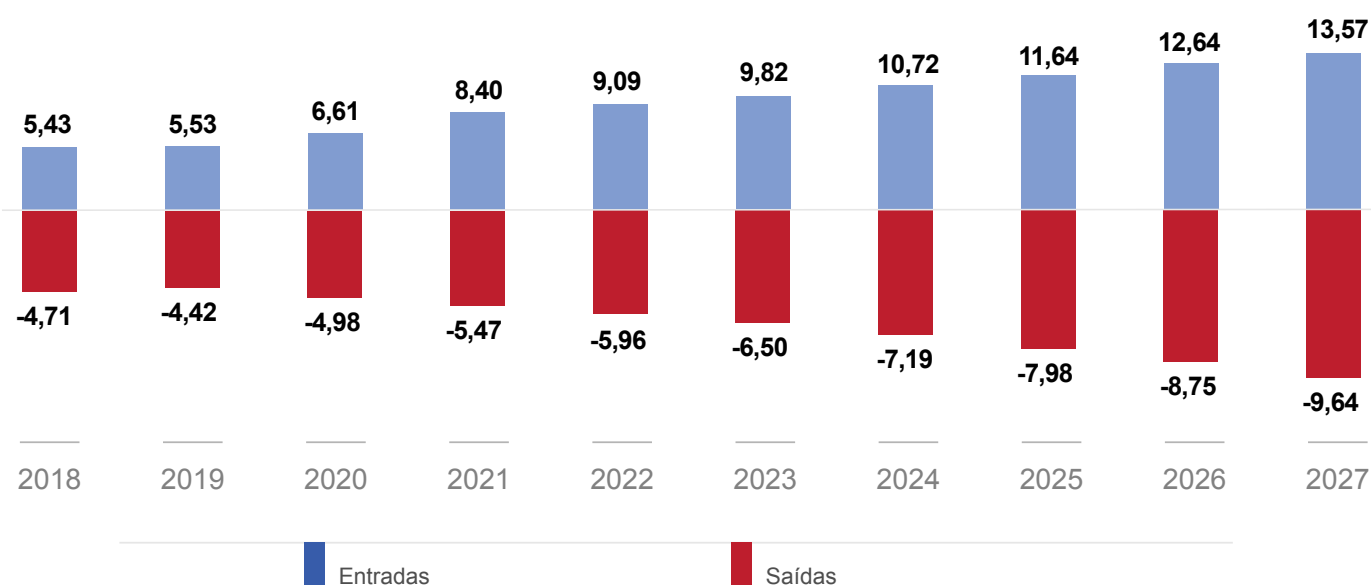
Títulos Privados de Renda Fixa	31.12.2016							
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	C
Debêntures	1.163.531	1.819.597	353.785	384.718	24.205	76.008	459.863	-
FIDC	374.114	-	14.937	-	-	-	-	-
Letra Financeira	1.649.908	14.267.990	-	-	-	-	-	-
DPGE	-	-	15.078	-	-	-	-	-
LH+LCI	-	201.248	-	-	-	-	-	-
Notas Promissórias	-	18.560	-	-	-	-	-	-
CRI	400	87.668	-	-	-	-	-	-
Total	3.187.953	16.395.063	383.800	384.718	24.205	76.008	459.863	-

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da indisponibilidade de recursos financeiros suficientes para honrar os compromissos assumidos com os participantes e/ou acionistas nos vencimentos, podendo levar à venda de ativos em condições desfavoráveis.

A gestão de liquidez de curto prazo é realizada através de um modelo proprietário onde são efetuadas as projeções de entradas e saídas de caixa da Companhia, visando estimar a situação do caixa nos próximos 12 meses. Além disso, e dado à peculiaridade de cada produto, utilizamos uma métrica de risco de liquidez chamada de SLI – Saldo de Liquidez Imediata. Esta métrica define um percentual mínimo em ativos líquidos que devem ser mantidos no caixa a fim de suportar eventuais desvios inesperados nas projeções de entradas e saídas efetuadas.

(Em bilhões de reais)



c) Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na possibilidade de perdas decorrentes de inadequação da metodologia ou das premissas atuariais adotadas, inclusive falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e de precificação.

A Companhia monitora e avalia a exposição ao risco de subscrição com normas de subscrição que são revisadas e aprovadas pela diretoria.

Os riscos de mortalidade e morbidade, bem como, seus acúmulos por participantes e segurados são mitigados por meio da contratação de resseguros de excedente de responsabilidade e de catástrofe.

O risco de longevidade é monitorado pela Companhia adotando-se, no cálculo das provisões técnicas e no desenho de produtos, premissas de melhoria na expectativa de vida futura da população segurada e assistida pela Brasilprev.

O risco de resgates é gerenciado via monitoramento frequente da experiência da Brasilprev, tendo sido estabelecido pela Companhia uma diretriz para melhorar, quando for o caso, a retenção de recursos e clientes.

As provisões técnicas são calculadas de acordo com as notas técnicas e normas estabelecidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e são reavaliadas no mínimo anualmente de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 2015 e alterações e auditadas conforme Resolução CNSP nº 321, de 2015, sendo realizados testes de consistências. O objetivo do teste de consistência é verificar, em uma determinada data, se a provisão constituída é adequada.

Análise de sensibilidade

Os riscos de subscrição aqui considerados são aqueles vinculados à formação do passivo (provisões técnicas) das operações.

Os produtos de previdência complementar apresentam como principal risco de negócio a possibilidade de transformação das reservas acumuladas em rendas continuadas. Neste sentido, a escolha dos fatores de risco objetivou sensibilizar hipóteses associadas à expectativa de materialização deste risco, conforme segue:

A hipótese de resgate reflete a expectativa de que os participantes resgatem a reserva acumulada antes de chegarem à data de aposentadoria. Assim, quanto menor o cancelamento, maior a probabilidade de transformação da reserva acumulada em renda continuada;

A hipótese de conversão em renda reflete a expectativa de que os participantes escolham, na data de aposentadoria, pela transformação da reserva acumulada em renda continuada. Assim, quanto maior a conversão em renda, maior o risco associado ao pagamento da renda continuada;

A hipótese de longevidade reflete a expectativa de tempo de pagamento da renda continuada. Assim, quanto maior a sobrevivência, maior o risco associado ao pagamento da renda continuada.

A ETTJ reflete a estrutura a termo da taxa de juros com a alternativa de extrapolação denominada “*Ultimate Forward Rate – UFR*” aprovada pela SUSEP e é utilizada para o desconto dos fluxos de caixa realistas, sendo assim, quanto menor a taxa, maior o valor presente dos fluxos.

Fatores de risco	Impactos em 31.12.2017			Impactos em 31.12.2016	
	Sensibilidade	Patrimônio	Resultado	Patrimônio	Resultado
Resgate	+100 bps	17.191	17.191	12.263	12.263
Resgate	-100 bps	(19.529)	(19.529)	(14.042)	(14.042)
Conversão em renda	+10%	(24.038)	(24.038)	(21.501)	(21.501)
Conversão em renda	- 10%	24.039	24.039	21.572	21.572
Longevidade	+ 5%	(1.676)	(1.676)	(1.485)	(1.485)
Longevidade	- 5%	3.539	3.539	1.485	1.485
ETTJ	+1%	432.066	432.066	177.320	177.320
ETTJ	-1%	(705.017)	(705.017)	(654.988)	(654.988)

A tabela apresentada acima demonstra as análises de sensibilidade calculadas pela Companhia para as principais premissas utilizadas nos cálculos atuariais dos passivos de contratos de seguro. A coluna ‘sensibilidade’ indica um índice de mudança razoavelmente esperada pela Administração para as premissas selecionadas. As análises de sensibilidade apresentadas pela Companhia foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre as premissas em um cenário e condições usuais de mercado. Os resultados apontados por essas análises podem diferir substancialmente dos resultados reais obtidos em períodos futuros em decorrência de situações favoráveis ou adversas para a Companhia em seu curso de negócios.

d) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de perdas ocasionadas por flutuações não previstas nos preços, indexadores, taxas de juros e prazos de direitos e obrigações, uma vez que as carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos e indexadores.

Para controle do risco de mercado, a Companhia utiliza o conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio.

Nos portfólios em que abrangem os produtos P/VGBL, a Companhia utiliza um conjunto de métricas, entre elas VaR, Tracking Error, Duration e análise ad hoc da volatilidade dos fundos da Companhia e da concorrência nessas carteiras. Essas métricas são mensuradas, gerenciadas e controladas diariamente, de maneira a garantir que todos os portfólios estejam adequados aos perfis de riscos definidos entre os diferentes produtos, objetivando a otimização da relação risco-retorno.

Nos portfólios em que a Companhia oferece garantia de taxa de juros (rendas vitalícias e produtos tradicionais) utiliza um processo estruturado de ALM – Asset & Liabilities Management, no qual são monitorados e controlados os descasamentos de indexadores, de prazo, e de fluxo de caixa, bem como simulações de reinvestimento que levam em conta variações nos cenários econômicos.

Análise de sensibilidade

Adicionalmente, a Companhia utiliza como ferramenta de gestão de risco de mercado o teste de sensibilidade. Os resultados desta análise são utilizados para dimensionar o impacto sobre o resultado dado uma determinada variação de taxa de juros nos portfólios da Companhia, auxiliando no processo de decisão na gestão de ativos e passivos.

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 basis points para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo em choque nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

São considerados somente os ativos classificados na categoria “títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado” e “títulos disponíveis para venda”, que estão marcados a mercado de acordo com as metodologias de precificação e de cálculo de risco utilizadas pela Brasilprev. Nesta análise, são considerados todos os planos ativos com exceção dos planos PGBL e VGBL em fase de acumulação.

O teste de sensibilidade realizado considera os efeitos isolados de cada fator de risco. A coluna “sensibilidade” indica um índice de mudança considerada possível de ocorrência para as premissas selecionadas. As análises de sensibilidade apresentadas pela Companhia foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre estas premissas em um cenário e condições normais de mercado.

A tabela apresenta a mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do período e sobre o patrimônio líquido da Brasilprev:

Fatores de Risco	Impactos em 31.12.2017			Impactos em 31.12.2016	
	Sensibilidade	Patrimônio	Resultado	Patrimônio	Resultado
Taxa de juros (*)	+ 100 bps	(6.026)	(6.026)	601	601
Taxa de juros (*)	- 100 bps	6.026	6.026	(601)	(601)
Cupom	+ 100 bps	(28.668)	(28.668)	(24.984)	(24.984)
Cupom	- 100 bps	28.668	28.668	24.984	24.984

(*) O impacto considerado para taxa de juros equivale ao efeito do ajuste na taxa em 100 Bps em 1 (um) dia de rendimento, principalmente por este efeito impactar ativos de liquidez imediata.

e) Risco operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de perdas decorrentes de processos inadequados ou deficientes, falhas nos sistemas de tecnologia de informação, erros, fraudes, falhas nas operações, ou eventos externos que causem prejuízos às atividades normais da Companhia ou danos a seus ativos físicos.

Os riscos operacionais mais relevantes ou prioritários, com seus respectivos detentores ou proprietários, assim como os principais controles e tratamentos, são monitorados no processo de gestão de riscos corporativos. Além disso, a Brasilprev possui um processo de captura, classificação e registro de perdas operacionais. Este processo foi aperfeiçoado com implantação do *software* Open Pages, da IBM.

f) Risco legal

O risco legal consiste na possibilidade de perdas decorrentes da inobservância de aspectos legais que envolvam produtos, contratos firmados e obrigações regulatórias, fiscais, trabalhistas, societárias, comerciais, cíveis, penais e outras.

Para a gestão do risco legal, o departamento jurídico da Brasilprev, além de atuar como consultoria e assessoria jurídica na revisão dos contratos e no desenvolvimento de produtos e serviços, possui um procedimento de acompanhamento de processos judiciais e suas estimativas de valores.

A Brasilprev pauta sua conduta pelo respeito aos contratos e aos direitos de seus participantes, e dispõe de norma específica de *compliance* regulatório, por meio da qual a Companhia mantém-se em conformidade com toda a legislação e regulamentação aplicáveis em todas as esferas de suas atividades.

g) Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma variável importante enquanto as outras variáveis permanecem inalteradas. Deve-se também ser observado que

essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são gerenciados e controlados.

19. Transações com Partes Relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas integrantes do grupo financeiro liderado pelo Banco do Brasil S.A.

As principais operações com essas empresas compreendem a administração da carteira de aplicações financeiras, cujos valores são registrados em “Despesas administrativas – Serviços de terceiros”, a intermediação na venda de seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de previdência privada, envolvendo o pagamento de comissões, corretagens, agenciamentos, incentivos a venda e remunerações por outros serviços, os quais são registrados nas rubricas “Custos de aquisição”.

A Companhia também efetuou no período operações com o Principal Financial Group, as quais compreenderam pagamentos a título de licença anual de uso e manutenção de *software*, reembolsos de convenções de vendas, e licenças e manutenções de sistemas, os quais foram registrados na rubrica “Despesas administrativas”.

Durante o período a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos Diretores Estatutários e Membros Titulares do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com essas empresas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas/(Despesas)	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Acionistas:						
Banco do Brasil S/A	6.982	6.679	-	-	(232.837)	(268.923)
Grupo Principal Financial	-	622	326	347	(1.356)	(1.244)
Ligadas:						
Administradores	-	-	4.105	2.952	(8.275)	(9.738)
Aliança do Brasil Seguros S/A	28	4	-	-	(66)	(43)
BB Administradora de Cartões de Crédito S/A	-	-	-	-	(10.061)	(8.915)
BB Corretora de Seguros e Adm. de Bens S/A	12.947	2.456	2.743	2.488	(477.804)	(579.433)
BB-Banco de Investimentos S/A	-	-	8.815	8.826	(106.440)	(96.445)
BBTUR Viagens e Turismo Ltda.	-	-	-	-	(214)	(188)
Brasil dental Operadora de Planos Odontológicos S/A	-	-	-	-	(175)	-
Brasilveículos Companhia de Seguros	3	3	-	-	(4)	(9)
Ciclic Corretora de Seguros S/A	8.347	-	348	-	-	-
Cobra Tecnologia S/A	-	-	-	-	(582)	(503)
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	-	-	-	-	(430)	(395)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	-	-	-	-	(778)	-

20. Benefícios a Empregados

A Companhia é instituidora do Plano de Aposentadoria “Nosso Brasilprev”, que concede complemento de aposentadoria para seus funcionários e diretores. As contribuições no período foram de R\$ 1.008 (R\$ 2.933 em 2016). Os benefícios para aposentadoria estão estruturados na modalidade de contribuição definida, e os benefícios de pensão e invalidez no regime financeiro de repartição de capitais de cobertura.

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

21. Outras Informações

a) Os créditos tributários classificados no ativo não circulante referem-se a ajustes temporais de imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20% sobre

as adições temporárias no cálculo dos tributos e sobre ajuste a valor justo com títulos classificados na categoria “disponível para venda”, cuja expectativa de realização é de até dezembro de 2018 e contribuição social à alíquota de 15% sobre as adições temporárias no cálculo dos tributos e sobre ajuste a valor justo com títulos classificados na categoria “disponível para venda”, cuja expectativa de realização é posterior a dezembro de 2018.

b) Principais produtos atualmente comercializados

A comercialização vigente de produtos de vida com cobertura por sobrevivência (VGBL) e previdência complementar (PGBL) é efetuada principalmente com a tábua de sobrevivência denominada Experiência do Mercado Segurador Brasileiro (BR-EMS), com 0% de garantia de juros na fase de concessão de benefício, atualização anual do benefício pelo IPCA e taxa de carregamento que varia de 0% a 5% sobre as contribuições e aportes ao plano.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilprev Seguros e Previdência S.A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contador CRC RJ-079849/O-3

Parecer dos Atuários Auditores Independentes

Aos Acionistas e Administradores da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. CNPJ: 27.665.207/0001-31

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da BRASILPREV Seguros e Previdência S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em seus aspectos mais relevantes.

Ricardo Pacheco, MIBA 2.679
EY Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

São Paulo, 08 de fevereiro de 2018.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução

O Comitê de Auditoria da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de avaliar e manifestar-se sobre a qualidade e integridade das demonstrações financeiras; a efetividade do sistema de controles internos; a atuação dos auditores internos e externos; as ações de gerenciamento de riscos e a adequação das transações com partes relacionadas.

É constituído por 3 (três) membros efetivos, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

Os administradores são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter o sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares. Já a Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e a EY Serviços Atuariais se responsabiliza pela auditoria atuarial independente.

Principais atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles e aos auditores internos e externos. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados às demonstrações financeiras, ao sistema de controles internos, processos contábeis, fisco-tributários e de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as auditorias interna e externa, oportunidades em que apreciou seus planejamentos e conheceu o resultado dos trabalhos, suas conclusões e recomendações. Revisou as demonstrações financeiras, as notas explicativas e o relatório da administração e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- a) os controles internos da Companhia são adequados ao porte e à complexidade dos negócios e objeto de permanente atenção por parte da administração. Com a evolução dos negócios e aumento da base de clientes, especial atenção está sendo dedicada à prestação de informações a clientes e a entidades de fiscalização e controle e deverá ser objeto de aprimoramento contínuo;
- b) a Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade. Os trabalhos realizados e as informações fornecidas pelos auditores externos são satisfatórias e independentes e apoiam a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras;
- c) os processos de gestão de riscos estão em constante evolução e as estruturas de gestão de riscos estão implementadas de acordo com a legislação vigente;
- d) as transações com partes relacionadas são aprovadas pela administração e avaliadas e monitoradas por comitê estatutário. Avaliações periódicas e acompanhamento contínuo estão sendo sistematizados, de modo a conferir segurança e transparência aos processos;
- e) as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

São Paulo, 08 de fevereiro de 2018.

Antonio Martiningo Filho
Coordenador

Luiz Gustavo Braz Lage
Membro

Oswaldo Roberto Nieto
Membro

Vanessa Rodrigues da Silva
Secretária

Parecer do Conselho Fiscal

Os Membros do Conselho Fiscal da Brasilprev Seguros e Previdência S.A., reunidos nesta data, depois de examinarem as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício de 2017, encerrado em 31 de dezembro de 2017, complementado pelo Parecer sem ressalvas dos Auditores Externos, KPMG Auditores Independentes e EY Serviços Atuariais, datado de fevereiro de 2018, bem como aprovado pela Administração da Companhia (Diretoria e Conselho de Administração), manifestaram-se pela aprovação dos referidos documentos.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2018.

Alejandro Antonio Arellano Guzman

Presidente do Conselho Fiscal

Reinaldo Kazufumi Yokoyama

Conselheiro Titular

Paulo Nóbrega Frade

Conselheiro Titular

Viviane Esse

Conselheira Titular

Membros do Conselho de Administração:

Paulo Rogério Caffarelli (Presidente do Conselho)
José Maurício Pereira Coelho
Luis Eduardo Valdés Illanes
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Paulo José dos Reis Souza
Patrick Gregory Halter
Roberto Andrés Walker Hitschfeld
Timothy Mark Dunbar

Membros da Diretoria:

Paulo Fontoura Valle (Diretor-Presidente)
Ângela Beatriz de Assis
Carlos Manuel de Oliveira Madureira
Marcelo Otavio Wagner
Nelson Ignacio Katz
Roger Joaquín Rendón Garza

Contador

Neilton Pereira dos Santos
CRC 1SP223651/O-2

Atuária

Celina da Costa Silva
MIBA nº 622